

Guardiãs do Território:

Agroecologia e Resistência
no estado do Rio de Janeiro





Essa cartilha é fruto de nossas andanças pelos caminhos/descaminhos do Estado do Rio de Janeiro, acompanhando os passos das mulheres que contam a história para além da narrativa colonial excludente. Uma escrita afetiva, soprada aos nossos ouvidos pela boca de quem vem de longe em passos firmes. Ancestrais, bruxas, alquimistas, agricultoras, guardiãs dos territórios... Mulheres que defendem com seus corpos-território o lugar que escolheram pra viver, criar seus filhos, animais e plantas e assim resistir.

Uma parceria atenta e frutífera do Instituto PACS com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro.



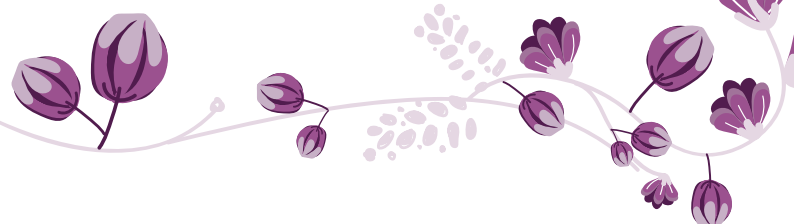
A territorialidade nos constitui e nos encarna como forma de encantamento da vida. As mulheres têm uma relação intrínseca e indissociável com o território onde habitam. Nas práticas cotidianas, paisagens e curiosidades dos territórios é possível encontrá-las, profundas. Nada que acontece a um território deixa de ser sentido pelo corpo de uma mulher que faz daquele lugar morada. Especialmente se esta mulher planta.

Os impactos causados pelas fábricas, condomínios-cidade residenciais de classes média e alta e megaempreendimentos em geral afetam não apenas o cotidiano como também o corpo e a maneira de ser/estar no mundo da vizinhança.

A escolha dos territórios que serão invadidos para dar lugar a esses gigantes é feita de maneira a prejudicar uma maioria negra e periférica.

É o racismo brasileiro em uma de suas formas mais brutas: o racismo ambiental.

As mulheres que habitam esses locais sacrificados sentem de forma particular as lutas territoriais, uma vez que seus corpos vivem tanto a opressão estrutural do racismo quanto do patriarcado. No dia a dia de constantes embates, a agroecologia permanece e se fortalece como um modo de vida e um contraponto às opressões e às pressões do capital privado e do Estado.



A prática ancestral da agroecologia é passada há milênios, pela tradição oral, de uma mão para outra, a cada semente e técnica compartilhadas.

Ela resistiu à desumanidade dos navios da diáspora e à brutalidade do roubo das terras indígenas. É uma prática insurgente e viva que atravessa gerações como maneira de perpetuar a vida para além da dureza do concreto. É como a água que brota da pedra e corre para o mar.

No continente africano, caroços de arroz foram escondidos nos cabelos crespos de filhos e filhas arrancadas de suas mães e enviadas para a escravidão nas terras das Américas através de transatlânticos, para que multiplicassem o próprio alimento onde quer que fossem assentar.

O ato de morar e plantar hortas e árvores frutíferas nos arredores de casa também resiste nos povos nativos de Nossa América, cujas gerações anteriores encontraram caminho na mata para não se adaptar à sanha predatória e colonizadora de plantations, pastagens, minas, chãos de fábricas voltados para a exportação. Ontem como hoje.

Plantation: Palavra do inglês, é um tipo de sistema agrícola muito comum ao período de exploração colonial, que consiste no cultivo em larga escala de uma só espécie.

Em periferias urbanas e rurais, a agroecologia alimenta e é renda de gente que semeia para a vizinhança, circula em feiras de rua, conhece as histórias das pessoas mais velhas das comunidades onde vive e representa uma resistência à apropriação estatal e empresarial dos bens da terra, cuja gestão precisa ser cada vez mais compartilhada e menos feita de maneira impositiva por uma minoria branca e detentora de poder financeiro.

Nos parece impossível falar de agroecologia se não falamos do trabalho das mulheres na defesa da vida dos territórios. É através do trabalho produtivo e reprodutivo delas que o cultivo e o beneficiamento de alimentos saudáveis na cidade e no campo se multiplicam e ganham força e vida.

Esta agricultura agroecológica é um substantivo coletivo e feminino, tem rosto de mulheres aguerridas. E, mesmo sendo tão comumente reconhecida como amorosa, é também de fogo e vento.

Manter-se viva e atenta em tempos áridos exige mais do que amor e calma, demanda coragem para cruzar longas distâncias no tempo e no espaço em busca de terra fértil, luz solar e água.

Vínculos de terra e vento

Ana é uma semente alada, que vincula a zona oeste e a norte da cidade do Rio de Janeiro pelos próprios passos dia após dia. As asas germinantes da mulher negra nascida na Baixada Fluminense dão a ela o viço de gérmen e possibilitam a multiplicação do gosto pelo verde com a simples presença dela nas rodas de conversa e prática.

De turbante em pé e brincos em forma de espiral de prata, Ana tem as mãos e os pés de quem planta onde pode.

Aos trinta e poucos anos ela saiu da Baixada, organizou a equipagem simples e planou até a Serra da Misericórdia, no Complexo de Favelas da Penha, onde encontrou os abraços firmes e generosos da grande **Marcelle** do Verdejar Socioambiental, que pratica agroecologia urbana e gestão ambiental comunitária no Maciço da Serra da Misericórdia desde 1997.

Através da relação de amizade com a nova vizinha e seus companheiros, Ana foi apresentada à agroecologia e relata que foi como rever uma velha conhecida.

“Eu não aprendi a plantar, as plantas me chamam, eu me relaciono com elas”, resume Ana.

Estava contente com a dedicação a um projeto no Complexo da Penha. Junta de outras e outros como ela, construía um espaço onde era possível trabalhar com educação popular pela disseminação da agricultura urbana e das artes para a juventude local.

Ainda não era possível plantar as jacas que usa para produzir os salgados comercializados por ela na feira de Vargem Grande e em outras pela cidade, mas já lhe enchia os olhos de brilho. No entanto, quando já se ambientava na serra urbana, ela sofreu um baque.

Ela e os companheiros perderam o uso da terra por falta de regulamentação fundiária e precisaram testemunhar a destruição de uma agrofloresta-menina que brotava. Cinco anos antes, o Projeto Verdejar vivera situação semelhante.



A terra e os frutos do trabalho

O tormento de ver os frutos do próprio trabalho caírem mortos pela força das máquinas é partilhado por Ana e milhares de mulheres agricultoras familiares negras, caiçaras, quilombolas, periféricas.

A frustração é parte da caminhada para quem se dedica à agroecologia, a ação violenta do Estado também é. Às vezes, elas relatam não ser fácil explicar para quem não vive a agricultura agroecológica de onde vem a energia para seguir. Talvez não seja necessário para nada desvendar esse mistério, apenas entendê-lo como força vital.

No Brasil, estima-se que 6,9 milhões de famílias não têm casa e milhares foram removidas de seus territórios originais – seja por despejo, seja por escassez de políticas públicas adequadas à agricultura familiar – vivendo hoje em moradias sem quintal e muitas vezes vizinhas a empreendimentos industriais poluentes.

Rita conhece a dor e a resiliência da Ana, e também trabalha por quintais onde mulheres como ela possam ser e multiplicar raízes.

A senhora negra nascida em Pernambuco veio viver no Rio de Janeiro com pouco menos de 20 anos. Primeiro tentou a vida em um morro da Praça Seca, onde moravam alguns primos.

Depois, se mudou para a Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, onde eventualmente recebeu uma oferta do diretor da instituição: ser a cuidadora de uma horta e poder viver no terreno, construir casa, constituir família, sendo vedada apenas a venda da terra.

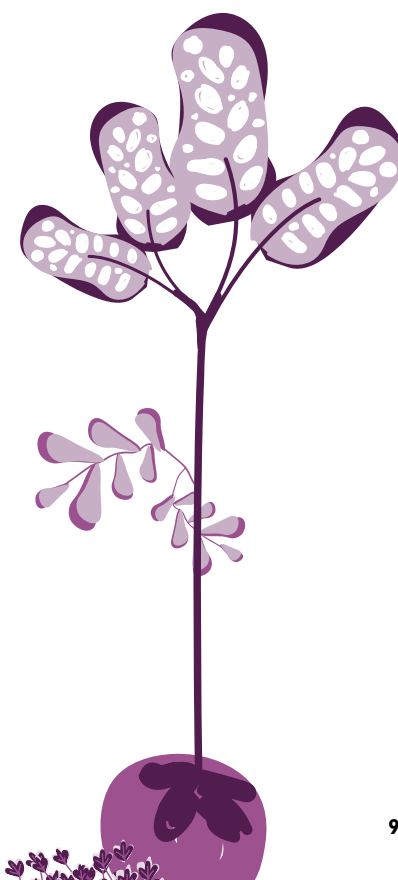
Com a expectativa de fincar pés no chão, ela semeou um quintal agroflorestal na Colônia. Após 12 anos de trabalho e semeadura, produzindo frutas secas e verduras para abastecer a vizinhança, o quintal dos sonhos foi destruído pelo avanço dos tratores da prefeitura, para dar lugar a um ponto de coleta de lixo previsto no projeto de urbanização da Colônia.

Faz seis anos que Rita foi despejada. Quando fala nas rodas da Articulação Nacional de Agroecologia e outros espaços de fazer político, os pelos dos corpos de quem ouve se arrepiam de uma ponta à outra. Tanto dói quanto inspira.

“Aonde eu for, vou estar sempre representando a agricultura”, garante Rita.

Certa feita, na Semana de Alimentação Carioca, acontecida na Fiocruz Mata Atlântica, ela foi se apresentar à roda de pessoas presentes. Suspendeu um tijolo por cima da cabeça e disse mais ou menos assim: “Eu trouxe esse tijolo para lembrar que nós estamos aqui para defender nosso direito de morar, plantar e existir como nós aprendemos”.

Depois do despejo, Rita foi realojada em uma construção dentro da Colônia com teto de amianto, sem forro, com paredes sem reboco nem pintura, cheia de sujeira dentro e sem espaço ao



redor para plantação.

Hoje ela cuida de uma horta comunitária em terreno comum de um conjunto habitacional dentro da Colônia, ao lado da casa de uma amiga. Com o aval da vizinhança, ela capina a terra e dá o que é: semente.

Da terra ela continua a forjar a alimentação da família e comercializar o excedente produzido em cinco pontos de feira solidária junto de tantas companheiras que, como ela, moram e resistem na zona oeste carioca, ameaçada pela especulação imobiliária e pelos grupos paramilitares.

O território e o corpo

A história da Colônia dialoga com a de Rita, embora ela tenha nascido a muitos quilômetros dali. Ela escolheu o lugar onde morar e praticar o encantamento das plantas, como as pessoas que vivem ao seu redor, mas essa escolha traz em si um sentido mais profundo de como se enraízam as comunidades nas cidades.

A expropriação violenta de territórios e riquezas ambientais é apenas uma parte da lógica sistêmica racista que remove a humanidade de corpos negros de diversas maneiras.

A Colônia Juliano Moreira abriga um hospital psiquiátrico, hoje desativado, criado em 1924, em terras de uma antiga fazenda com oito mil quilômetros quadrados ao pé do Maciço da Pedra Branca.



Funcionava como um mecanismo higienizador do centro urbano. Para lá, eram levadas pessoas sem casa, cujos monólogos nas calçadas da capital incomodavam a sociedade. Naquele território, como em muitos outros onde resiste a agroecologia, a segregação social historicamente privou pessoas negras e pobres dos direitos mais básicos.

Onde hoje resiste o corpo de Rita, viveu por cinquenta anos um homem negro de naturalidade incerta chamado Arthur Bispo do Rosário Paes.

Diz-se que teve seu primeiro surto na véspera do natal de 1938, quando se apresentou à Igreja da Candelária e foi dado como louco para depois ser diagnosticado como portador de esquizofrenia paranóide.

O reconhecimento da sua humanidade pela opinião pública veio pelas mãos de um homem branco, crítico de arte, que passou os olhos sobre as obras de Bispo após um repórter da Globo, também branco, visitar a instituição mental e revelar as centenas de obras-primas, nascidas em anos de clausura insalubre.

O paciente da Colônia vivia, como os companheiros de manicômio, isolado da cidade e em condições extremamente precárias de vida. Ainda assim, dedicava todo o seu tempo à arte do bordado e da escultura.

Se hoje a casa de Rita fica a três horas de transporte público da Central do Brasil, nas primeiras décadas de Bispo do Rosário na Colônia eram dias de trajeto. Com o crescimento da cidade para a Zona Oeste, o espaço da Colônia foi urbanizado e os funcionários da instituição e suas famílias passaram a conviver com famílias sem vínculos com o hospital a partir de meados dos anos 1980.

Quando a Rita chegou à Colônia, Bispo morrera havia 11 anos.

Mas tanto o corpo negro dela quanto o dele sofreram com os efeitos de estruturas sociais que ainda classificam e tratam boa parte da massa trabalhadora que vive nas periferias como criminosa, louca e desprovida de valor e direitos.

Os corpos das mulheres negras e caixaras em espaços periféricos da cidade carioca sofrem direta e duplamente os impactos socioambientais vividos pela terra a partir da intervenção de indústrias poluentes e lógicas de isolamento e encarceramento social.

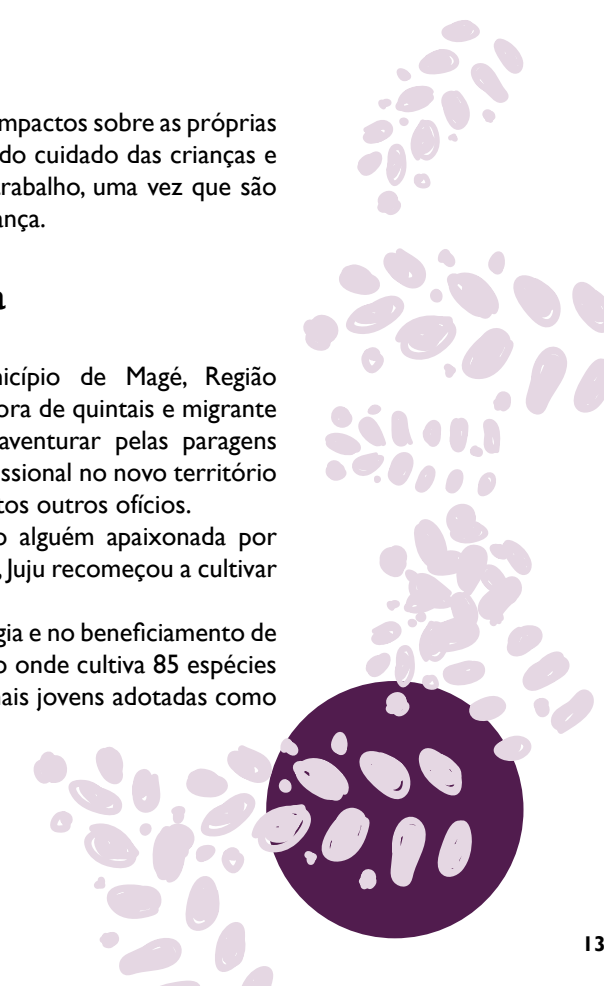
Como habitantes do território, elas recebem os impactos sobre as próprias vidas, e como historicamente responsáveis pela esfera do cuidado das crianças e idosos, elas recebem os impactos em forma de mais trabalho, uma vez que são elas que tratam e procuram curar as mazelas da vizinhança.

Feminismos comunitários da Roça

A 70 quilômetros de Jacarepaguá, no município de Magé, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, vive outra multiplicadora de quintais e migrante nordestina, a **Juju**. Nascida na Paraíba, ela veio se aventurar pelas paragens fluminenses na casa dos 20 anos e começou a vida profissional no novo território como ajudante de cozinha, vendedora, costureira e tantos outros ofícios.

Os muitos talentos protegeram do desamparo alguém apaixonada por agricultura desde criança. Tão logo a vida abriu caminho, Juju começou a cultivar a terra como aprendeu com os pais.

Hoje o modo de vida dela se baseia na agroecologia e no beneficiamento de alimentos a partir de uma cozinha comunitária. No sítio onde cultiva 85 espécies de árvores frutíferas, ela trabalha com companheiras mais jovens adotadas como filhas pelo coração.



Ela diz que a agroecologia não é ciência, mas um modo de vida de gente que chegou aqui antes de nós. É um jeito de cuidar das pessoas, não machucar a natureza e fazer parte dela.

A casa dela é um grande espaço de aprendizado e vida em comunidade, por isso vive cheia. Ao redor da construção, as plantações dos vizinhos todos usam veneno de defensivos químicos, então a certificação de origem orgânica obtida pela agricultora é encarada por ela, vizinhas e quem mais se enreda na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) como uma grande vitória.

A terra onde Juju se assentou também apresenta um passado marcado pela ocupação negra causada por deslocamento forçado.

Durante o período colonial, pela posição geográfica, Magé era considerado caminho para Minas Gerais e, através do porto local, passaram e foram comercializadas como mercadorias milhares de pessoas negras escravizadas, cujos destinos eram as minas de ouro.

Em Magé, está o único assentamento de antigas pessoas escravizadas na Baixada Fluminense reconhecido pelo Ministério da Cultura: o Quilombo Maria Conga. A fundadora **Maria Conga**, alforriada aos 35 anos, cultivou o território para proteger refugiados.

Muitas mulheres que lá habitam circulam pelo sítio da paraibana. Estar com outras agricultoras trocando receitas, manejando a horta ou planejando a produção salvou a vida de muitas mulheres vizinhas, diz Juju.

Entre um cochicho e uma troca de receita para defensivo natural contra formigas, as mulheres se entendem coletivas e crescem como águas. Fazem do feminismo comunitário territorial, prática viva e ancestral de cuidado.

Coragem de voo e pouso

Cida é mulher negra natural da Baixada Fluminense. É também agricultora agroecológica e assentada da reforma agrária em Casimiro de Abreu, na região Serramar do Estado do Rio de Janeiro. Tudo que produz é sem veneno.

Cida diz que agrotóxico é armadilha de gente rica para acabar com pequenas agricultoras.

Dona de uma sabedoria ancestral, ela carrega nas palavras e na prática as outras mulheres da família que vieram antes dela. Resolveu se juntar a um grupo de acampados para fugir de um casamento falido, como ela diz.

“Eu gosto de pensar que eu sou corajosa, acho que fui corajosa de ir para o acampamento”, avalia. No acampamento, se entendeu lutadora pelo direito de morar e plantar em comunidade. Como parte de um todo, passou compreender que não ficará feliz com casa só para ela.

Ela quer casa para todas. Para mulher que a acolheu com café e bolo por onde ela passou e chegou. Para o homem que garantiu que ela era muito importante para a luta. Para todos. Porque vive a coletividade de uma ocupação, quer a felicidade que se dá nas relações.

Com os olhos doces no rosto redondo e simpático, ela compartilha um orgulho: “A minha produção eu faço no meu sítio. Minha cozinha tem uma mesa, um fogão à lenha e uma máquina engenhosa que eu mesma fiz para produzir sabão. Ainda não é a cozinha-ateliê dos meus sonhos, mas eu chego lá. A partir dela, eu produzo para minhas vizinhas e para mim”.

Cida reconhece a própria produção como valiosa e produtora de vida, mas esse reconhecimento não é compartilhado pela concepção vigente de desenvolvimento do Estado brasileiro.

O descompasso entre a vida e as políticas para o desenvolvimento fica evidente na maneira como seu direito à terra não é garantido. O extermínio de um povo também se dá pela aniquilação dos seus modos de vida. Sem terra e sem comunidade, a existência de Cida seria debilitada e incompleta.

Cada vez mais, as terras aráveis do Brasil são destinadas a iniciativas privadas de grande porte tanto nacionais e estrangeiras, as quais priorizam a produção de commodities para exportação ou a especulação imobiliária a despeito da geração de alimento.

Alquimistas e irmãs

A alquimia de Cida é irmã da de **Giovanna**. A ruiva andarilha nasceu em São Paulo, mas escolheu morar no Rio de Janeiro por causa do clima, do mato e dos amores que cultivou. É moradora da Região de Caetés, Zona Oeste da cidade carioca.

Ela diz: **“Eu sou uma das comunidades sem abastecimento de água na zona oeste”, “eu sou uma comunidade sem transporte público”**.

E Gio é de fato comunidade. Por sua casa passam muitas pessoas. É território de portas abertas para a vizinhança. Como Cida, ela também entende que a vida só prospera quando é coletiva.

Artista, ela tem o próprio ritmo de fala, produção e partilha. Adora a praia, o vento nos cabelos lisos e a conversa sem pressa. Para além disso, seu trabalho é essencial para a qualidade de vida da sua vizinhança.

Commodity: Do inglês “mercadoria”, corresponde a produtos de qualidade e características uniformes que não são diferenciados de acordo com quem os produziu, com preços uniformemente determinados pela oferta e procura internacional.

Ela defende com seu corpo-território a região que escolheu para parir os filhos e vê-los crescer como as mudas das plantas do quintal - com quem conversa todas as manhãs e chama por “minhas filhas”.

Giovanna e Ana das espirais de prata são muito amigas. Em solo tão marcado pela desigualdade social, Ana aposta na prática de cultivar alimentos saudáveis em confluência com a cultura e arte popular como maneira de resistir na cidade. Fez pedreira virar agrofloresta através dos mutirões que mobiliza.

Já Gio é agricultora, cozinheira, entende de ervas e poções. É defensora dos bens comuns e do território da Vargens. Levanta-se pelo direito de morar e plantar na cidade que escolheu. Apresenta a própria prática de vida como resposta aos racismos ambientais, à especulação imobiliária e à venda da cidade.



Os braços delas sempre chegam para somar nos mutirões e levam consigo outros. As mulheres querem que as mudas povoem os quintais. Levam receitas de xarope, trocam por sementes. Levam ensinamento de avó e entram pelas casas gerando território de vida.

Ana, Gio, Juju, Rita e Cida acreditam no poder curativo das plantas e na produção de alimento saudável na cidade como direito humano fundamental. Defendem o livre acesso deles para todas e todos.

A agricultura familiar e camponesa preenche o prato de 70% da população brasileira, e são as mulheres as maiores responsáveis por isso no campo e na cidade. Por que manter esse trabalho invisível?

É através do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres que se movimenta esta economia muitas vezes invisível e de baixa intensidade monetária, mas potente e salvadora de vidas.

Através da invisibilidade do valor do trabalho das mulheres, a predação racista, patriarcal e classista ganha força. O trabalho das mulheres na defesa da agroecologia e dos territórios vai na contramão disso. Leva o antídoto dentro das sementes aladas. Irmãs e alquimistas, elas respondem aos danos socioambientais da economia que destrói formas de produção de vida.

Enquanto os megaprojetos de desenvolvimento são destruidores de povos e comunidades tradicionais, as redes agroecológicas estimulam a resistência desses povos e comunidades tradicionais. Quando essas redes promovem a prática natural, saudável e sustentável para a terra, elas precisam render graças ao trabalho das mulheres.

É no guardar as sementes, na troca das mudas, no cuidado com as crianças, bichos e roças que o trabalho das mulheres se faz fundamental. O trabalho das mulheres na direção do bem viver respeita a multidimensionalidade de suas práticas e a radicalidade de suas propostas de mudança. O respeito a esse pilar garantirá a potência da vida e da continuidade dos povos e práticas ancestrais. Em contraposição ao capitalismo e suas formas de relação gente-natureza-gente baseados na lógica da morte, do patriarcado e do racismo.



Ficha Técnica

Redação Aline Lima e Janaína Pinto

Revisão Iara Moura e Yasmin Bitencourt

**Diagramação e
Projeto Gráfico** Thyago Nogueira

Ilustrações Renan Neves

Realização Instituto PACS

**Organização
Parceira** GT Mulheres da Articulação de
Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ)

Apoio Fundação Rosa Luxemburgo

Este caderno é uma produção do
Instituto PACS.





REALIZAÇÃO:



APOIO:



FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO